



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-forenses

Unidade curricular

Direito das Contra-ordenações

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Prof. Doutor Augusto Manuel Gomes da Silva Dias - 2 h por semana

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Transmitir aos alunos conhecimentos e aptidões sobre matérias de Parte Geral e de Processo de contra-ordenações.

Conteúdos programáticos

I. História do Direito das Contra-ordenações; II. Fundamentos e princípios do Direito das Contra-ordenações; III. A lei contra-ordenacional; IV. Teoria da Contra-ordenação; V. Sanções das contra-ordenações; VI. Processo contra-ordenacional.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos leccionados na íntegra possibilitarão aos alunos a obtenção dos conhecimentos e das aptidões visados

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Tratando-se de uma disciplina optativa do 2º ciclo, mais exactamente, do mestrado em ciências jurídico-forenses, que é frequentada em regra por 40 a 80 alunos, opta-se por transformar as aulas em teórico-práticas centradas na exposição e discussão dos conteúdos programáticos e na resolução de casos práticos. A avaliação assenta nas intervenções orais dos alunos, num teste escrito e nos trabalhos escritos que alguns alunos apresentam.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Os conhecimentos e aptidões transmitidos aos alunos têm uma assinalável relevância na prática da aplicação do Direito das Contra-ordenações. Por isso, o método de aulas teórico-práticas revela-se um factor muito importante para a respectiva aquisição.

Bibliografia principal

CORREIA, Eduardo, *Direito Penal e Direito de Mera Ordenação Social*, in Boletim da Faculdade de Direito, vol.49, 1973; COSTA PINTO, Frederico, *O ilícito de mera ordenação social e a erosão do princípio da subsidiariedade da intervenção penal*, in Revista Portuguesa de Ciência Criminal, ano 7 (1997) nº1 (republicado em Direito Penal Económico e Europeu (textos doutrinários), vol. I, Coimbra Editora, 1998); *As codificações sectoriais e o papel das contra-ordenações na organização do Direito Penal secundário*, in Themis, ano 3 (2002) nº5; FERREIRA ANTUNES, Manuel, *Reflexões sobre o Direito Contra-ordenacional*, ed. SPB, Lisboa, 1997; FIGUEIREDO DIAS, Jorge, *O movimento da descriminalização e o ilícito de mera ordenação social*, in CEJ (ed), Jornadas de Direito Criminal: o novo Código Penal português e legislação complementar, vol.I, Lisboa, 1983 (republicado em



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Direito Penal Económico e Europeu (textos doutrinários), Vol. I, Coimbra Editora, 1998); *Do Direito Penal Administrativo ao Direito de Mera Ordenação Social: das contra-venções às contra-ordenações*, in Temas básicos da doutrina penal, Coimbra Editora, 2001; FIGUEIREDO DIAS/COSTA ANDRADE/COSTA PINTO, *Supervisão, direito ao silêncio e legalidade da prova*, ed. Almedina, 2009; LOBO MOUTINHO, José, *Direito das Contra-ordenações*, ed. Univ. Católica, 2008; MATTES, Heinz, *Problemas de Derecho Penal Administrativo*, ed. Revista de Derecho Privado, Jaen, 1979; OLIVEIRA MENDES/SANTOS CABRAL, *Notas ao regime geral das contra-ordenações e coimas*, 3ª ed., ed. Almedina, 2009; PALMA, Maria Fernanda/OTERO, Paulo, *Revisão do regime legal do ilícito de mera ordenação social*, in Revista da FDUL, vol.XXXVII, 1996; FERNANDA PALMA/SILVA DIAS/SOUSA MENDES (coords.), *Direito Sancionatório das autoridades reguladoras*, Coimbra Editora, 2009; PINTO DE ALBUQUERQUE, Paulo, *Comentário do Regime Geral das Contra-ordenações*, ed. Univ.Católica, 2011; SILVA DIAS, Augusto, *Crimes e contra-ordenações fiscais*, in Direito Penal Económico e Europeu (textos doutrinários), vol. II, Coimbra Editora, 1999; SILVA DIAS/VÂNIA RAMOS, *O direito à não auto-inculpação (nemo tenetur se ipsum accusare) no processo penal e contra-ordenacional português*, Coimbra Editora, 2009; SIMAS SANTOS/LOPES DE SOUSA, *Contra-ordenações: anotações ao regime geral*, 5ª ed., ed. Vislis, 2009; VILELA, Alexandra, *O Direito de Mera Ordenação Social*, Coimbra Editora, 2013. Entre outros.

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular unit sheet

Course _____

Curricular unit

Administrative-criminal offenses

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Prof. Doutor Augusto Silva Dias - 2 h a week - **night class**

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Learning outcomes of the curricular unit

- Students are to become familiar with the essential structure of the administrative-criminal offenses.
- Training the students on the resolution of cases and application of the administrative-criminal law.
- Prepare the students to legal professions dealing with administrative-criminal offenses: the programme also grants the required background for subsequent in-depth learning of administrative-criminal law.

Syllabus

1. History of administrative-criminal law; 2. Grounds and principles of administrative-criminal law; 3. The administrative-criminal statute; 4. The administrative-criminal offense theory; 5. Administrative-criminal sanctions; 6. Administrative-criminal procedure.

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

Teaching the core of the administrative-criminal offense, the central topics of administrative-criminal law, allows the students to become familiar with the theoretical tools and cases discussed in contemporary law.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

By discussing case law and hypothetical cases, the students will be able to apply the theoretical skills and be prepared for their future profession.

Teaching methodologies (including evaluation)

- Interactive lectures. Evaluation on a permanent basis (semester evaluation), grounded on oral and written discussion of cases.
- 1 written test aimed at assessing both the theoretical and practical skills of the students.
- The semester grade is 50% of the final grade.
- 1 final written exam – 2:00 – comprising the whole programme.
- 1 Oral exam – on average of 30 minutes – optional for the best students and compulsory to those who did not reach the passing grade as a result of the average semester evaluation/written exam.

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

Both the grades obtained at the end of the semester as well as the grades obtained at the final exams demonstrates the achievement of the proposed targets, as well as the adequacy of the methodology. The students are granted with the necessary tools to resolve cases and critically debate administrative-criminal topics.

Main Bibliography

CORREIA, Eduardo, *Direito Penal e Direito de Mera Ordenação Social*, in Boletim da Faculdade de Direito, vol.49, 1973; COSTA PINTO, Frederico, *O ilícito de mera ordenação social e a erosão do princípio da subsidiariedade da intervenção penal*, in Revista Portuguesa de Ciência Criminal, ano 7 (1997) nº1 (republicado em Direito Penal Económico e Europeu (textos doutrinários), vol. I, Coimbra Editora, 1998); *As codificações sectoriais e o papel das contra-ordenações na organização do Direito Penal secundário*, in Themis, ano 3 (2002) nº5; FERREIRA ANTUNES, Manuel, *Reflexões sobre o Direito Contra-ordenacional*, ed. SPB, Lisboa, 1997; FIGUEIREDO DIAS, Jorge, *O movimento da descriminalização e o ilícito de mera ordenação social*, in CEJ (ed), Jornadas de Direito Criminal: o novo Código Penal português e legislação complementar, vol.I, Lisboa, 1983 (republicado em Direito Penal Económico e Europeu (textos doutrinários), Vol. I, Coimbra Editora, 1998); *Do Direito Penal Administrativo ao Direito de Mera Ordenação Social: das contravenções às contra-ordenações*, in Temas básicos da doutrina penal, Coimbra Editora, 2001; FIGUEIREDO DIAS/COSTA ANDRADE/COSTA PINTO, *Supervisão, direito ao silêncio e legalidade da prova*, ed. Almedina, 2009; LOBO MOUTINHO, José, *Direito das Contra-ordenações*, ed. Univ. Católica, 2008; MATTES, Heinz, *Problemas de Derecho Penal Administrativo*, ed. Revista de Derecho Privado, Jaen, 1979; OLIVEIRA MENDES/SANTOS CABRAL, *Notas ao regime geral das contra-ordenações e coimas*, 3ª ed., ed. Almedina, 2009; PALMA, Maria Fernanda/OTERO, Paulo, *Revisão do regime legal do ilícito de mera ordenação social*, in Revista da FDUL, vol.XXXVII, 1996; PALMA/SILVA DIAS/SOUSA MENDES (coords.), *Direito Sancionatório das autoridades reguladoras*, Coimbra Editora, 2009; PINTO DE ALBUQUERQUE, Paulo, *Comentário do Regime Geral das Contra-ordenações*, ed. Univ.Católica, 2011; SILVA DIAS, Augusto, *Crimes e contra-ordenações fiscais*, in Direito Penal Económico e Europeu (textos doutrinários), vol. II, Coimbra Editora, 1999; SILVA DIAS/VÂNIA RAMOS, *O direito à não auto-inculpação (nemo tenetur se ipsum accusare) no processo penal e contra-ordenacional português*, Coimbra Editora, 2009; SIMAS SANTOS/LOPES DE SOUSA, *Contra-ordenações: anotações ao regime geral*, 5ª ed., ed. Vislis, 2009; VILELA, Alexandra, *O Direito de Mera Ordenação Social*, Coimbra Editora, 2013. Among others.

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.